



**Comissão de Legislação, Justiça e Redação**  
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



**PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO**

PROJETO DE LEI N.º 109, DE 2007

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB.

**Autor:** Prefeito Municipal

**Relator:** Vereador Roberto Dias da Silva

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei n.º 109, de 2007, de autoria do Prefeito Municipal, dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB.

O projeto possui as seguintes partes:

Capítulo I (art. 1º). Trata das disposições preliminares.

Capítulo II (arts. 2º ao 4º). Disciplina a composição do Conselho do FUNDEB. Elenca os segmentos que podem ter representação no Conselho e estabelece as hipóteses de impedimento para o exercício da função de conselheiro.



# Comissão de Legislação, Justiça e Redação

## CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



Capítulo III (art. 5º). Dispõe sobre a competência do Conselho.

Capítulo IV (arts. 6º ao 15). Estabelece as disposições finais do projeto.

No último dia 19 de março, esse projeto foi distribuído a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação, nos termos do art. 38 c/c o art. 62, do Regimento Interno, receber parecer quanto aos aspectos da sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Em síntese, este é o relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

### 1 Da competência e iniciativa

A matéria do PL n.º 107, de 2007, insere-se no âmbito da competência do Município. A Medida Provisória n.º 339, de 28 de dezembro de 2006 (ainda não convertida em lei) ao regulamentar Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, previsto no art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006, prevê a criação, no âmbito de cada ente da Federação, de conselhos destinados ao acompanhamento e controle social da distribuição e aplicação dos recursos do referido Fundo.

Prevê o § 1º, do art. 24, da MP 339, de 2006, que **os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental**, observados os seguintes critérios de composição.

Assim, o Conselho de acompanhamento do FUNDEB, em nível municipal, é criado por lei local, específica para este fim.



# Comissão de Legislação, Justiça e Redação

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



A iniciativa do projeto é reservada privativamente ao Prefeito Municipal, por se tratar da criação de órgão público.

## 2 Da técnica legislativa

A redação da matéria em estudo é razoável e se encontra formulada de acordo a técnica legislativa, necessitando de pequenas alterações, para adequá-la às disposições da Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº. 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

## 3 Da matéria

O projeto disciplina a matéria de forma satisfatória e em observância aos parâmetros traçados na Medida Provisória nº 339, de 2006.

Apenas quanto aos critérios de composição do Conselho, cabe fazer alteração de alguns dos incisos do art. 2º, do projeto, para harmonizar a redação destes dispositivos à do inciso IV, do § 1º, do art. 24, da referida Medida Provisória. Essa modificação consta da Emenda Substitutiva redigida ao final.

## III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, estas Comissões acolhe o voto do Relator e conclui pela constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa do **PL n.º 109, de 2007**, com a Emenda Substitutiva, redigida a seguir;



**Comissão de Legislação, Justiça e Redação**  
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



**EMENDA SUBSTITUTIVA N.º AO PROJETO DE LEI N.º 109, DE 2007**

Os incisos II, III, IV e V, do Projeto de Lei n.º 109, de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

II - um representante dos professores da educação básica pública;

III - um representante dos diretores das escolas públicas;

IV - um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas;

V - dois representantes dos pais de alunos da educação básica pública;”

Sala das Reuniões, 26 de março de 2007.

**ROBERTO DIAS DA SILVA**

Relator

**IDEVAN VAZ DE RESENDE**

Presidente

**LUSMAR ANTÔNIO PEREIRA**

Membro